



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO**

**Poder Legislativo**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO  
REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2024.**

Ao trigésimo dia do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, as quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se no Plenário desta Casa a Mesa Diretora composta pelo Presidente Vereador Alexandre Gomes, a Secretária Municipal de Controle Interno, o Subsecretário Municipal de Contabilidade, o Diretor de Contabilidade e o Assessor Especial da Secretaria Municipal de Controle Interno. O Presidente Vereador Alexandre Gomes realizou a leitura do Ato Convocatório nº 019/2024. Com a palavra, o Subsecretário de Contabilidade iniciou a explanação do relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com base no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo como base os demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal- RGF. O relatório consiste em avaliações das receitas, das despesas, resultado primário, resultado nominal e limite de gestão fiscal. No quadro de receitas, o total da receita corrente prevista foi de R\$ 1.979.263.207,00, sendo a arrecadação de R\$ 1.580.408.074,15, contemplando um percentual de 79,85%. Na receita de capital, o total arrecadado foi de R\$ 3.142.060,00. O total geral de receitas com previsão atualizada foi R\$ 2.204.124.716,00, sendo arrecadado R\$ 1.717.674.347,87, contemplando o percentual de 77,93% até o final do 2º quadrimestre de 2024. Nas receitas tributárias, os destaques da arrecadação dos impostos em porcentagem foram de 63,41% de IPTU, 125,00% de IRRF, 97,27% de ITBI, 72,89 de ISS-QN, sendo o total arrecadado de R\$ 71.460.931,66. A previsão da taxa pelo exercício de poder de polícia foi de R\$ 22.748.631,00, sendo arrecadado de R\$ 17.198.348,79. Já a previsão da taxa pela prestação de serviços foi R\$ 66.910.988,00, sendo arrecadado R\$ 54.262.582,87. Totalizando a arrecadação geral em receitas tributárias o valor de R\$ 345.166.632,90. No comparativo das despesas fixadas e atualizadas, em despesas correntes, a previsão atualizada foi de R\$ 2.242.410.247,02,



sendo liquidada R\$ 1.575.173.495,47, contemplando 70,24%. Destacando a categoria de despesas com pessoal e encargos sociais, sendo a dotação atualizada de R\$ 1.173.641.427,63 e, liquidada o valor de R\$ 804.937.825,89. A previsão na categoria de juros e encargos da dívida foi de R\$ 5.726.000,00, sendo liquidada R\$ 3.480.491,65, contemplando 60,78%. As despesas de capital abrangem investimentos, inversões financeiras, amortização/refinanciamento da dívida e reserva de contingência, sendo o total geral das despesas liquidadas de R\$ 1.812.599.014,11. Nas despesas por função, abrangem saúde 36,61%, educação 19,87%, urbanismo 7,54%, administração 7,57%, previdência social 10,48% e outros 17,94%, sendo a dotação atualizada do total por função de R\$ 2.640.794.350,09, com execução em R\$ 1.812.599.014,11. Acerca do Resultado Primário, representado pela somatória das receitas fiscais líquidas menos as despesas fiscais líquidas, sendo o total das receitas fiscais líquidas previstas de R\$ 1.721.144.835,72 e realizadas até o 2º quadrimestre de R\$ 1.515.300.512,20. O total das despesas fiscais líquidas previstas foram R\$ 2.213.160.077,59 e realizadas até o 2º quadrimestre R\$ 1.428.150.174,24. Assim, o Resultado Primário até o período foi R\$ -16.898.453,03. O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício atual em relação ao exercício anterior, sendo a dívida fiscal líquida em 31/12/2023, R\$ 444.536.388,03 e, até o 2º quadrimestre R\$ 226.284.405,63. Assim, o Resultado Nominal até o período foi R\$ 218.251.982,40. O limite de gestão fiscal compreende a receita corrente líquida, despesa de pessoal, despesas próprias com saúde e despesas com manutenção do ensino. A receita corrente líquida até o 2º quadrimestre de 2024 foi R\$ 2.220.597.648,23. Dentro da despesa com pessoal, o total gasto foi R\$ 964.800.642,87 (44,20%), ressaltando que o limite legal é de 54%. A despesa com saúde até o 2º quadrimestre foi de R\$ 88.556.408,20 (15,85%), ressaltando que o limite mínimo constitucional é de 15%. A despesa com educação até o 2º quadrimestre foi de R\$ 149.540.158,01 (26,52%), ressaltando que o limite mínimo constitucional é de 25%. A despesa com FUNDEB teve aplicação de 80,27%, sendo o limite constitucional de 70%. Em conclusão, ao final do 2º Quadrimestre de 2024, ao analisarmos o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, verificamos que o município investiu 26,52% da receita resultante de impostos e transferência de impostos (compreendida a proveniente de transferências da União e Estado) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15,85% em ações de saúde. O limite



constitucional anual, conforme rege o artigo 212 da CF/88, é de no mínimo 25% anual na Educação e 15% na Saúde. Os gastos com o FUNDEB na remuneração do magistério no Ensino Fundamental apresentado no 2º quadrimestre foram de 80,27% sobre as receitas do FUNDEB. O limite mínimo anual é de 70% (art. 26 da Lei nº 14.113/2020). O total das despesas com pessoal para fins de apuração do limite constitucional comparado a RCL ficou em 44,20%, abaixo do limite legal de 54% para o executivo municipal. E nada mais havendo, o Presidente Vereador Alexandre Gomes encerrou a Audiência Pública da Prestação de Contas, sendo a ata lavrada e arquivada na Secretária Geral da Mesa Diretora.



ALEXANDRE GOMES

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento